

## RC Ambiental. Seguradoras respondem à crescente consciencialização - OJE Digital

Publicado em: 19/07/2016 - 8:00:46

A procura espelha hoje uma maior consciencialização, a qual foi devidamente acompanhada pelas seguradoras que garantem que todas as necessidades são cobertas. E a trajetória desta oferta é sempre a subir.

Para um melhor enquadramento desta matéria importa lembrar que o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais (regime da Responsabilidade Ambiental – RA) foi aprovado pelo decreto-lei n.º 147/2008, o qual transpôs para a ordem jurídica nacional a diretiva 2004/35/CE, que aprovou, com base no princípio do poluidor pagador, o regime da RA aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais. A fim de aferir como tem evoluído a dinâmica da procura/oferta neste domínio, o OJE ouviu alguns dos principais players no mercado nacional.

Para Maria-José Freitas, responsável pela subscrição de RC Ambiental, direção de Design e Gestão de Produtos da Liberty Seguros, a procura evoluiu bastante. “O cliente/operador tem vindo a modificar a forma de pensamento até porque, nestes últimos anos, o mundo sofreu acidentes ambientais gravíssimos, ajudando à consciencialização. As autoridades reguladoras também têm ajudado nesta evolução, estando a utilizar o seu poder regulador para tal, exigindo às entidades que apresentem uma garantia financeira, podendo esta ser sob a forma de apólice de seguro”. A Liberty atesta ainda que, pelo menos nos últimos dois anos, a procura é feita por pequenas e médias empresas e em maioria para as atividades de oficinas mecânicas, bombas de gasolina e parques de armazenamento de gás para consumo doméstico. Diante deste cenário, a responsável frisa que as seguradoras sentiram necessidade de terem condições adequadas para apresentar. “As que já vendiam o produto, tiveram de o ajustar ao mercado (caso da Liberty); as restantes, criaram o seu produto, pois sentiram a necessidade de ter também esta solução”.

Numa perspetiva global, Alfonso Urquijo, Environmental Practice Leader Iberia da Willis Tower Watson, acredita que vivemos um momento em que “sociedade e empresa avançam de forma conjunta e transparente para políticas de comunicação e gestão de riscos cada vez mais avançadas, que promovem o seu desenvolvimento e crescimento”. Ainda assim, considera que existe “um enorme caminho a percorrer e grandes oportunidades de evoluir na correta gestão dos riscos do meio ambiente, sobretudo nos projetos de internacionalização”. Alfonso Urquijo salienta também que a principal preocupação das empresas se centra na potencial atribuição de responsabilidade penal a administradores, diretores e empregados e não se centra tanto na proteção do balanço e demonstração de resultados. “A atual e futura legislação, assim como as tendências de ‘corporate governance’, tanto a nível nacional como europeu, levam a que o correto financiamento do risco ambiental se torne uma prioridade para empresas e gestores, já que pode influenciar de maneira significativa o balanço e demonstração de resultados, assim como acrescentar novos riscos de difícil financiamento como os reputacionais, imagem, marca e/ou o próprio valor da ação, para as cotadas em bolsa. Notamos, no entanto, que a procura continua a ser essencialmente em setores em que a

transferência de risco é obrigatória ou para projetos que tradicionalmente implicam potencial impacto ambiental (resíduos, energia, química...).

David Nunes, subscritor senior – RA da AIG, remonta a 2010, ano de franca expansão deste mercado uma vez que a obrigatoriedade de constituir uma garantia financeira para fazer face à RA entrou em vigor para a maioria do tecido empresarial e afirma que, este facto, aliado às várias ações de fiscalização pelas autoridades levou “à crescente consciencialização das empresas, e consequentemente ao aumento da procura”. Volvidos três anos, sublinha que o mercado estabilizou devido ao agravamento da crise económica e ao facto de este ser um ramo e negócio caracterizado por riscos de severidade vs frequência. “Após a estabilização, observamos uma nova tendência de crescimento, não só para empresas transportadoras e de reparação automóvel, alvo de ações de fiscalização, mas também para as PME, devido ao número significativo de sinistros com valores consideráveis de indemnização e uma elevada exposição nos media”. Tudo isto levou a que a oferta tenha sido ajustada, sobretudo no serviço ao cliente e na atuação em caso de sinistro.

Também Sérgio Carvalho, diretor de Marketing Produtos e Canais da Fidelidade, considera que as empresas têm vindo a tomar uma maior consciência acerca desta necessidade e, cada vez mais, a rede comercial está presente no aconselhamento atempado. “Também a imposição legal a determinados clientes para constituírem uma garantia financeira, que lhes permita assumir a RA inerente à atividade, trouxe um aumento da procura nos últimos anos”, elucida. Parte significativa dos seus clientes, em atividades com risco mais significativo, são empresas de grande dimensão (indústria e reciclagem de resíduos) mas também existem as de média e pequena dimensão (distribuição e manutenção de automóveis, entre outras). O que leva a Fidelidade a apostar na melhoria do risco e na prevenção, efetuando análises de risco em parceria com empresas do grupo.

### **Retração também existe**

Mas há também, no mercado nacional, quem identifique um cenário, não tanto de progressão, mas sim de alguma retração. Na perspetiva de Mariana Cisneiros, responsável da Oferta e Segmento PME da Ageas, devido ao contexto económico que o país está a passar, vive-se uma retração na contratação deste seguro. “No entanto, o contexto atual é o ideal para as empresas contratarem, pois garante uma maior proteção do património”. A responsável recorda que o RA é mais uma opção para garantir este risco e que se direciona às empresas que privilegiam a proteção de um seguro em detrimento de outros tipos de garantias financeiras (bancárias, fundos próprios, fundos ambientais) e que realmente se preocupam com a proteção ambiental.

Para a Mapfre, a procura tem evoluído razoavelmente mas não tanto quanto poderia. “Hoje em dia, as empresas estão mais sensibilizadas para as questões ambientais, sendo que com a transposição da diretiva comunitária, Portugal não é exceção. Mas existem alguns aspetos, como a consciência ecológica, o quadro legal complexo e uma fiscalização ainda insuficiente por parte das autoridades responsáveis, que têm condicionado esta evolução”, explica. Assim, reforça, a procura é sobretudo de empresas que são obrigadas por lei a terem uma garantia financeira para danos causados por contaminação ambiental, sobretudo as de maior risco (aterros sanitários, sucatas, etc.), embora se tenha vindo a estender a outras de risco menos evidente. A Mapfre considera ainda que a oferta do setor evoluiu muito e apresenta, há algum tempo, um vasto leque de soluções adequadas e acessíveis aos vários perfis de clientes. E recorda que, a partir de 2014, as

empresas de revenda de combustíveis e oficinas mecânicas começaram a ser alvo de inspeção e a oferta teve, então, de se ajustar a empresas de menor dimensão. Até então a maioria dos produtos eram dirigidos às PME e grandes empresas. “Ainda que existam elementos por complementar ao nível da regulamentação – como limites mínimos de indemnização, impostos e fiscalização – é também verdade que estamos perante um ramo que ainda não é explorado por todo o mercado e que vem aumentando anualmente”, conclui.

### **Futuro é para crescer**

Questionados sobre o futuro desta oferta, a grande margem de crescimento surge como denominador comum. Maria-José Freitas (Liberty) afirma mesmo que a RC Ambiental tem “muito para evoluir e crescer, pois ainda se verifica um longo caminho a percorrer” e reforça que “o primeiro passo a ser dado deve ser a aprovação e publicação da portaria que fixa limites mínimos para constituição das garantias financeiras obrigatórias”.

Alfonso Urquijo (Willis TowerWatson), por seu turno, considera que atualmente a capacidade do mercado segurador é razoável e o nível de coberturas disponível é cada vez mais amplo e complexo, “graças à enorme evolução que este ramo de seguro experimentou nos últimos 10 anos, ao abrigo das novas legislações aplicáveis tanto a nível europeu como internacional”. No futuro, acredita, que se deverão ampliar as capacidades do mercado e ir incorporando novas extensões de cobertura e conceitos seguráveis que surgirão a curto/médio prazo (imagem, reputação, marca, cibernéticos, etc.).

Para Mariana Cisneiros (Ageas), a curto prazo, os condicionalismos económico-financeiros das empresas fazem com que não seja previsível um aumento significativo da procura. A médio e longo prazo, considera que existirá uma procura crescente devido à relevância cada vez maior das temáticas de proteção ambiental e responsabilidade corporativa, o que deverá resultar numa crescente necessidade de proteção do património das empresas e seus dirigentes.

Considerando que a grande margem de crescimento existente assenta em vários fatores, David Nunes (AIG) considera que tudo assenta no rescente número de sinistros e na experiência adquirida por todos os stakeholders do setor nos últimos anos. “Empresas em processo de internacionalização ou em busca de investimento são tipicamente confrontadas com a exigência deste seguro. Da mesma forma, os sinais de retoma económica associados à crescente consciencialização das empresas relativamente ao impacto de um dano ambiental ao nível financeiro e de imagem institucional vieram reforçar esta tendência de crescimento, tornando o seguro de RA num instrumento de gestão de risco e comunicação”, conclui.

Certa de que “há muita margem para crescer”, a Mapfre não deixa de chamar a atenção para a necessidade de muita sensibilização por parte das seguradoras para os riscos em que as empresas podem estar a incorrer, “uma vez que, erradamente consideram que, nos seus seguros de Responsabilidade Civil, podem ter a cobertura assegurada”.

Fica ainda a leitura de Sérgio Carvalho (Fidelidade) que prevê que, a curto/médio prazo, esta oferta venha a ser mais procurada por outros segmentos de empresas que até aqui não o faziam. “Empresas de menor dimensão, e de praticamente todas as áreas, que tenham consciência da sua responsabilidade e que pretendam transferir para a seguradora potenciais indemnizações de elevado valor. Esta oferta está em crescimento sustentado e esta tendência vai manter-se nos próximos anos”, conclui.

**Por Sónia Bexiga/OJE**